



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	2803001/2022
Fls.:	205
Rubrica:	

Parecer Jurídico
Processo Administrativo nº 2803001/2022
Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos destinados exclusivamente ao transporte escolar (com condutor e monitor), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deste município de Bom Lugar-MA.

1- RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico acerca da regularidade da minuta do Edital do Pregão Eletrônico e do procedimento administrativo que o antecede, destinada à formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos destinados exclusivamente ao transporte escolar (com condutor e monitor), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deste município de Bom Lugar-MA.

Eis o breve relatório.

2- ANÁLISE JURÍDICA

Antes de adentrar no mérito em questão, se faz necessário ressaltar que esta Assessoria Jurídica se atém, tão somente, a questões relativas à legalidade do procedimento da fase interna e da minuta do edital, a fim de verificar a observância às legislações pertinentes ao caso, não sendo de minha competência nenhuma consideração acerca da discricionariedade e conveniência da presente contratação.

Ademais, a informação de natureza técnica lançadas aos autos - **especificação de quantitativos de rotas** - não é avaliada neste ato, na medida em que os dados lançados por órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, não tendo este setor consultivo de assessoramento jurídico condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

A realização de licitação pela Administração Pública representa a observância dos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, moralidade, eficiência e da probidade administrativa, na medida em que evita favoritismos e propicia a escolha da proposta mais vantajosa. Dispõe o art. 37, XXI, da Constituição:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	2803001/2022
Fls.:	206
Rubrica:	

as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

O legislador infraconstitucional, ao seu turno, com o escopo de minudenciar a matéria, fez consignar nos diversos atos normativos os parâmetros para a realização do certame.

No que se refere especificamente à modalidade do pregão eletrônico, dispõem os artigos 3º da Lei nº 10.520/02 e 8º do Decreto nº 10.024/2019 sobre os atos essenciais à sua formalização.

Por sua vez, o Decreto nº 10.024/2019, que regulamenta o pregão na forma eletrônica, registra em seu art. 8º os documentos que devem constar do processo licitatório.

A partir dos normativos citados, passa-se ao exame dos elementos que nos trazem os autos, cujo na análise limita-se até a elaboração da minuta do edital e seus anexos.

a) Justificativa para a contratação

No que tange à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais.

No presente procedimento, consta expressamente que a presente Justificativa: *“devido a necessidade de oferecer transporte escolar para garantir o acesso e a permanência dos alunos das escolas da educação básica, com residências na zona rural, contribuindo assim para a diminuição dos índices de repetência e evasão escolar, é necessário a locação de veículos destinados exclusivamente ao transporte escola”*.

Ademais, consta a estimativa dos quantitativos e suas respectivas especificações onde são demonstradas todas as rotas contempladas, com a quilometragem, quantidade de alunos e tipos de veículos necessários para consecução do objeto.

b) Especificação do Objeto e modalidade licitatória

O objeto, cuja descrição detalhada encontra-se no Termo de Referência, deve ser preciso, suficiente e claro (art. 3º, II, da Lei nº 10.520/2002).

Nessa esteira, tem-se o entendimento do Tribunal de Contas da União consubstanciado na Súmula nº 177:

A definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	28.03004/2022
Fis.:	207
Rubrica:	

concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada em uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão.

No presente caso, o objeto encontra-se perfeitamente definido, não havendo caracterização excessivamente pormenorizada que possa conduzir a um único ou nenhum fornecedor, tampouco a especificação por demais genérica ao ponto de não atender plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

Tem-se, pois, que foram tomadas as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, de forma a atender às necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

Em relação à modalidade licitatória, verifica-se que o certame objetiva a formação de Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos destinados exclusivamente ao transporte escolar (com condutor e monitor), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deste município de Bom Lugar-MA.

Com efeito, a utilização da modalidade licitatória pregão reclama como objeto bens ou serviços comuns, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.520/02, situação perfeitamente aplicável ao caso concreto.

Ademais, O Decreto nº 10.024/2020, no art. 1º, §1º, estabeleceu como obrigatório o pregão eletrônico, dispondo que a não utilização dessa forma deve ser justificada com base em comprovada inviabilidade técnica ou a desvantagem para a administração na realização da forma eletrônica (art. 1º, §4º).

Ressalte-se que o Tribunal de Contas da União, no seu Manual do Pregão Eletrônico, recomenda a realização de Pregão Eletrônico em todas as licitações municipais e estaduais, face à economia gerada, aliada à simplificação de procedimentos burocráticos e transparência na atuação da administração pública.

Por fim, é a modalidade recomendada pelo Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, bem como pelos Ministério Público Estadual e Federal, que constantemente alertam os gestores públicos maranhenses sobre a legalidade e importância de realização de pregão na forma eletrônica.

c) Critério de adjudicação do objeto

A regra da Lei nº 8.666/93 é a divisão do objeto em itens, com vistas à ampliação da competitividade no certame.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	29030071/2022
Fls.	208
Rubrica:	

Nesse sentido, prescreve o art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93:

Art. 23, § 1º. As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.

De igual modo, a Súmula nº 274 do Tribunal de Contas da União prevê:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No presente caso, vê-se que a Administração dividiu o objeto em itens, o que, indubitavelmente, ampliara a competitividade no procedimento, em consonância com o preconizado no art. 23, §1º, da Lei nº 8.666/93 e Súmula 274 do TCU.

d) Planejamento da Contratação

No caso em tela, na fase de planejamento da contratação, foi apresentada a Minuta do Termo de Referência devidamente assinado, elaborado a partir das especificações e quantitativos constantes no Memorando de requisição enviado à Secretaria Municipal de Educação, cujos preços de referencias foram cotados com base em pesquisa de preços juntos a empresas do ramo, bem como em buscas a contratos semelhantes firmados por outras prefeituras maranhenses, consoante resultado e mapa de pesquisas apresentados pela responsável do setor de compras.

e) Previsão orçamentária

Em regra, o artigo 7º, § 2º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 só permite que se promova uma licitação quando houver previsão de recursos orçamentários suficientes para cobrir a despesa:

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:
(...)

III - houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	2803081/2022
Fls.:	209
Rubrica:	

serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;

Por sua vez, o artigo 8º, inciso IV, do Decreto n.º 10.024/2019, determina que se instruem os autos do procedimento licitatório com a devida previsão de recursos orçamentários, indicando a respectiva rubrica:

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

(...)

IV- previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços;

No caso dos autos, por se tratar de Registro de Preços, despicienda a indicação das rubricas, entretanto, corretamente, já foi juntada a devida declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, firmada pela Ordenadora de Despesas.

f) Pesquisa de Preços

Da análise deste procedimento, vislumbra-se que a cotação de preços se deu nos moldes do Termo de Referência, atenta às especificações do objeto, preservando, desta forma, a fidelidade dos preços pesquisados em relação à aquisição almejada.

O Plenário do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Acórdão nº 1875/2021, de relatoria do ministro Raimundo Carreiro, afirmou que as pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma "cesta de preços", tendo preferência os preços públicos, oriundos de outros certames.

No referido julgamento, consignou-se, ainda, que a pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores, deve ser utilizada em último caso, na extrema ausência de preços públicos ou cestas de preços referenciais.

No caso em apreço, acertadamente, foi realizada pesquisa ampla e idônea com base no valor de mercado, a partir de solicitação de orçamentos a duas empresas do ramo, bem como com base em pesquisas de contratos firmados por dois municípios maranhenses.

g) Minuta do Edital

É sabido que o Edital é o instrumento por meio do qual são estabelecidas as regras específicas do certame, o que vincula a Administração Pública e os proponentes, razão pela qual a sua elaboração requer minucioso planejamento, a fim de que sejam fixadas as regras necessárias para contratar a proposta mais vantajosa.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	2803001/2022
Fls.:	210
Rubrica:	

Ademais, deve-se contemplar regras precisas e objetivas com vistas a afastar favoritismos e preservar o princípio da isonomia, excluindo-se exigências desnecessárias que impeçam a competitividade.

Com efeito, na minuta juntada aos autos, a autoridade competente justificou a necessidade de contratação e definiu claramente o objeto do certame, apresentou as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para prestação dos serviços (art. 4º, inc. III da Lei n. 10.520/2002).

h) Minuta do Termo de Referência

O Termo de Referência juntado aos autos contemplam, objetivamente, as condições de entrega do objeto, com as seguintes informações: definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução; valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo como preço de mercado; o critério de aceitação do objeto; os deveres do contratado e do contratante; a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica econômico-financeira, se necessária; os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços; o prazo para execução do contrato; e as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

i) Minuta do Termo de Contrato

A Minuta do Termos de Contrato juntada aos autos encontra-se em harmonia com a Lei de Licitações, nos termos do art. 55, já que atende as seguintes cláusulas necessárias nos contratos administrativos: o objeto e seus elementos característicos; o regime de execução ou a forma de prestação dos serviços; o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso; o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica; os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas; os casos de rescisão; o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei; a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor; a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos; a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3- CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerados os pressupostos de natureza fática e técnica descritos na documentação e constantes do presente processo, essa Assessoria Jurídica



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04



Processo:	28036001/2022
Fls.:	211
Rubrica:	

manifesta-se pela regularidade jurídico-formal do presente procedimento administrativo realizado até a presente data, e do Edital de Licitação e Anexos.

Nesse sentido, com fulcro nas informações constantes do presente processo, manifestamos pela aprovação do Edital e Anexos, consoante os termos do art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

É o parecer *sub examen*, salvo melhor juízo.

Bom Lugar, 12 de maio de 2022.


MANOEL SILVA MONTEIRO NETO
OAB/MA 17.700
ASSESSOR JURÍDICO – GABINETE
PORTARIA 010/2021



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM LUGAR
Rua Manoel Severo, Centro Administrativo
C.N.P.J.: 01.611.400/0001-04

PROCESSO: 2803001/2021
Fis.: 212
Rubrica:

PORTARIA Nº 010/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

A Prefeita do Município de Bom Lugar, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, o Sr. **MANOEL SILVA MONTEIRO NETO**, CPF: 050.671.823-93 e RG: 012529941999-0 SSP/MA, para exercer o Cargo de **ASSESSOR JURÍDICO DO GABINETE-DAS DO GABINETE DA PREFEITA**, conforme Plano de Cargos em Comissão, deste Município, a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Art. 3º - Publique-se, Cumpra-se na forma da Lei.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bom Lugar, no Estado do Maranhão, 04 de janeiro de 2021.

Marlene Silva Miranda
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 009/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

A Prefeita do Município de Bom Lugar, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

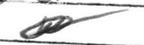
RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr: **JOSE ERIVANE DA SILVA LAGO**, CPF: 498.934.243-72 e RG: 061715682017-5 SSP/MA, para exercer o Cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA e ABASTECIMENTO**, conforme Plano de Cargos em Comissão, deste Município, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bom Lugar/MA, 04 de Janeiro de 2021.

MARLENE SILVA MIRANDA
Prefeita Municipal

PROCESSO: 280301/2021
Fis.: 213
Rubrica: 

PORTARIA Nº 010/2021 DE 04 DE JANEIRO DE 2021

A Prefeita do Município de Bom Lugar, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, o Sr: **MANOEL SILVA MONTEIRO NETO**, CPF: 050.671.823-93 E RG: 0125299419990 SSP/MA, para exercer o Cargo de **ASSESSOR JURIDICO-DAS DO GABINETE DA PREFEITA, OAB/MA Nº 17700**, conforme Plano de Cargos em Comissão, deste Município, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Bom Lugar/MA, 04 de Janeiro de 2021.

MARLENE SILVA MIRANDA
Prefeita Municipal